

Ler e escrever até os oito anos: a escola dará conta do recado?

Em 2013, o Programa Nacional de Alfabetização proposto por Paulo Freire completa 50 anos. A experiência iniciada em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963, pretendia alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos. Na época, o Brasil tinha 39% de analfabetos. Hoje, são 13 milhões de iletrados com 15 anos ou mais de idade, 8,6% da população total, ainda que predomine nesses números a faixa acima de 50 anos. É importante destacar que, dos jovens entre 15 e 24 anos, 11% deles são analfabetos funcionais e somente 36% plenamente alfabetizados, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional de 2011, embora certamente a maioria deles tenha frequentado a escola.

A escolaridade, então, não garante, por si só, a superação do analfabetismo, pois o País convive hoje com taxas altíssimas de crianças e jovens que não conseguem realizar tarefas simples de leitura e escrita, mesmo estando na escola. Segundo a Prova ABC, do Movimento Todos pela Educação, metade dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental não atingiu o desenvolvimento necessário para ser considerado alfabetizado. Ou seja, nosso sistema educacional segue alimentando a taxa de analfabetismo, justamente pela precariedade do processo de alfabetização.

Ser alfabetizado implica entender o que se lê, escrever o que se pensa, e comunicar-se através da elaboração e compreensão de “textos mentais”. Esta é justamente a função social da língua, mas a educação formal, principalmente pela falta de gestão no processo, torna-se ineficiente e “exclui” da cidadania, anualmente, milhões de crianças, porque não lhes garante oportunidades para desenvolverem as competências básicas da comunicação num universo letrado.

Alfabetização precisa ser política pública educacional, ou seja, ter definidas, e divulgadas, as competências esperadas a cada ano escolar, ter educadores com acesso permanente aos conhecimentos pertinentes ao tema, e ser acompanhada e avaliada sistematicamente ao longo do ano. O professor alfabetizador precisa ser gestor do processo de alfabetização em sala de aula, ou seja: conhecer como se dá a aprendizagem, qual o melhor momento, o melhor método e a melhor estratégia para cada um de seus alunos, pois eles têm identidades diferentes, são oriundos de lares compostos por famílias estruturadas de maneira diversas, possuem experiências de vida e conhecimentos prévios particulares. Se o professor não conhecer o perfil de seu aluno, não observar diariamente seu desenvolvimento, não planejar intervenções pontuais e sistemáticas para superação das dificuldades, a cada semana, quinzena e mês, certamente perderá muitos deles no caminho.

Cabe à Secretaria de Educação, então, liderar essa política, divulgando o que se espera que cada criança desenvolva ao longo de cada ano escolar e cuidar da formação continuada dos profissionais responsáveis por elas. Cabe aos diretores das unidades escolares liderarem a construção da Proposta Pedagógica centrada no sucesso do aluno, envolverem e comprometerem a equipe escolar com a alfabetização, e investirem na participação das famílias. Cabe aos coordenadores pedagógicos apoiarem e ampararem os professores em visitas às turmas e em momentos de planejamento coletivo. Cabe ao professor ampliar sua formação, planejar suas aulas em função do perfil dos alunos, registrar suas observações e avaliar o seu trabalho para melhorá-lo constantemente.

Articular instâncias, propostas e atores do processo educativo é que transformarão ações isoladas em políticas públicas que sejam efetivas na ponta. Só assim poderemos vencer o desafio da alfabetização que o País se colocou novamente nesse século 21.

Inês Kisil Miskalo – é gerente executiva da área de Gestão de Políticas de Aprendizagem do Instituto Ayrton Senna e membro da Cátedra UNESCO/IAS de Educação e Desenvolvimento Humano